

CASA DO MARINHEIRO

Estudo Técnico Preliminar 4/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 63161.000192/2026-79

2. Descrição da necessidade

A necessidade da contratação se evidencia da imprescindibilidade de instauração de novo processo de aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo — GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindros tipo P-190 (botijão de 190 kg), bem como fornecido a granel via caminhão distribuidor, em razão da proximidade do vencimento do processo de contratação anteriormente vigente, cuja extinção, sem a devida substituição, acarretaria solução de continuidade no fornecimento desse insumo essencial às atividades operacionais da CMN. O problema concreto, portanto, reside no iminente encerramento do instrumento contratual em vigor, que impõe à Administração o dever de agir tempestivamente, mediante o planejamento e a formalização de novo processo licitatório, a fim de evitar o desabastecimento e garantir a ininterrupção das atividades institucionais da Organização Militar, notadamente aquelas relacionadas ao preparo de alimentação, aquecimento e demais atividades logísticas que dependem do referido insumo.

A situação demanda atuação administrativa formal e planejada, uma vez que o GLP é substância classificada como altamente tóxica e inflamável, composta pela combinação básica de propano e butano, cuja distribuição e revenda são rigorosamente reguladas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis — ANP, especialmente por meio da Resolução ANP nº 957, de 5 de outubro de 2023, que regulamenta a autorização para o exercício da atividade de distribuição de GLP, e da Resolução ANP nº 958, de 5 de outubro de 2023, que regulamenta a autorização para o exercício da atividade de revenda de GLP. Em razão da natureza regulada do produto e dos rigorosos requisitos técnicos e de segurança que lhe são inerentes, a contratação deve necessariamente recair sobre empresa devidamente habilitada e autorizada pelos órgãos competentes, o que reforça a indispensabilidade do procedimento licitatório formal como via adequada à seleção do fornecedor.

A necessidade é corroborada pelo consumo regular e recorrente de GLP nas instalações da CMN, que demanda abastecimento por meio de bateria composta por 03 (três) reservatórios de aço estacionário com capacidade de 190 kg (P-190), instalados em 01 (uma) central de GLP, sob o regime de comodato, cujas condições técnicas deverão observar integralmente os requisitos estabelecidos na Portaria ANP nº 47, de 24 de março de 1999, e na NBR 14024. A ausência de novo instrumento contratual formalizado para o fornecimento desse insumo, decorrente do vencimento do processo anterior sem a devida substituição, representaria situação materialmente inadequada, na medida em que exporia a Organização Militar ao risco de desabastecimento e importaria a necessidade de aquisições emergenciais ou improvisadas, incompatíveis com os princípios da eficiência, da economicidade e do planejamento que orientam a atividade administrativa, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021.

Os agentes diretamente impactados pela ausência de fornecimento regular são os militares, servidores civis e demais usuários das instalações da CMN que dependem dos serviços e atividades operacionais sustentadas pelo referido insumo. De forma reflexa, a irregularidade no abastecimento comprometeria toda a cadeia logística e administrativa da Organização Militar, cuja regularidade funcional está diretamente condicionada à disponibilidade contínua do GLP. O interesse público específico a ser satisfeito, portanto, é o da continuidade, eficiência e segurança das atividades institucionais da CMN, assegurando que a Organização Militar disponha dos recursos materiais indispensáveis ao cumprimento de sua missão constitucional.

No que concerne aos resultados e benefícios concretos esperados, a contratação propiciará o fornecimento contínuo e seguro de GLP, eliminando o risco de desabastecimento decorrente do encerramento do processo anterior; a padronização das condições técnicas e de segurança no fornecimento, em conformidade com a legislação vigente; a disponibilização dos reservatórios sob regime de comodato, com consequente redução de custos de infraestrutura para a Administração; e, sobretudo, o cumprimento da missão institucional da Organização Militar, com reflexos diretos na qualidade e regularidade dos serviços prestados.

Por fim, justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços — SRP como modelo de contratação mais adequado à presente demanda, haja vista que, pela natureza do objeto e pela variabilidade do consumo ao longo do exercício, não é possível determinar com precisão os quantitativos de GLP a serem demandados em cada período. O SRP permite que a Administração realize aquisições sob demanda, à medida que a necessidade se concretiza, sem assumir compromisso de consumo integral dos quantitativos estimados, em plena conformidade com o disposto no art. 3º, incisos I e II, e no art. 21 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que expressamente consigna que a existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar. Esse modelo confere flexibilidade, eficiência e economicidade ao processo, evitando tanto o desperdício de recursos públicos quanto o risco de desabastecimento, razão pela qual se mostra plenamente adequado às características do objeto e às necessidades institucionais da CMN. Diante do exposto, este Setor conclui ser necessária e juridicamente adequada a contratação de empresa especializada no fornecimento de GLP, por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, certo de que a aprovação da referida contratação reflete diretamente no cumprimento da missão desta Organização Militar.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Municiamento	1ºSG-PL BRUNO MENDONÇA DE SANTANA
Seção de Municiamento	SO-RM1-CL NEIRES MARIA TABOSA SANTOS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação foram definidos com vistas a assegurar o fornecimento contínuo, seguro e eficiente de GLP à Organização Militar, em atenção ao disposto no art. 18, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, e às orientações jurisprudenciais do Tribunal de Contas da União, em especial o Acórdão nº 122/2012 — Plenário, que exige que toda restrição guarde pertinência com o objeto e a finalidade da contratação. As exigências a seguir estabelecidas foram formuladas de modo claro, objetivo e mensurável, observando-se o princípio da competitividade e evitando-se restrições impertinentes, excessivas ou desproporcionais que pudessem limitar indevidamente o universo de licitantes.

As **especificações técnicas do objeto** abrangem o fornecimento de GLP, composto pela combinação básica de propano e butano, acondicionado em cilindros tipo P-190 (ampolas de 190 kg), cedidos em regime de comodato pela contratada, sem ônus adicional para a Administração. As condições técnicas de fornecimento, armazenamento, manuseio e transporte do produto deverão observar integralmente os requisitos estabelecidos na Portaria ANP nº 47, de 24 de março de 1999, na NBR 14024, na Resolução ANP nº 957, de 5 de outubro de 2023, que regulamenta a autorização para o exercício da atividade de distribuição de GLP, e na Resolução ANP nº 958, de 5 de outubro de 2023, que regulamenta a autorização para o exercício da atividade de revenda de GLP, em conformidade com o art. 1º da Lei nº 4.150, de 1962, que impõe a observância das normas técnicas da ABNT nas contratações públicas. A exigência de observância às referidas normas e resoluções se justifica pela natureza do produto, classificado como substância altamente tóxica e inflamável, cujo manuseio inadequado representa risco direto à integridade física dos usuários e às instalações da Organização Militar.

Os **requisitos de execução** envolvem aspectos operacionais e logísticos indispensáveis à regular prestação do objeto. A entrega do GLP deverá ocorrer, preferencialmente, uma vez ao mês, podendo ser ajustada conforme a necessidade operacional da CMN, sempre em dias úteis, mediante pedido formulado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas para fornecimentos regulares e de 24 (vinte e quatro) horas em situações de urgência devidamente justificadas. As entregas deverão ser realizadas em remessa única, no endereço da Casa do Marinheiro, situada na Av. Brasil, nº 10.592, Penha — RJ, nos horários definidos no Termo de Referência. A contratada será integralmente responsável pela obtenção, transporte e entrega do GLP, devendo garantir a segurança em todas as etapas da operação, o cumprimento das normas técnicas e regulatórias vigentes, bem como a manutenção e substituição dos cilindros de armazenamento sempre que necessário, sem ônus para a Administração. Ao término da vigência contratual, os cilindros fornecidos em regime de comodato somente serão devolvidos após o esgotamento total do volume de GLP neles contido. Na hipótese de o fornecedor atual sagrar-se vencedor do novo processo licitatório, poderá manter os recipientes em uso, realizando apenas as substituições exigidas por desgaste ou necessidade de realização de testes técnicos obrigatórios.

Os **padrões de qualidade e os critérios de aceitação do objeto** serão aferidos no ato do recebimento, pelo fiscal do contrato designado, que verificará a conformidade do produto fornecido com as especificações técnicas exigidas, as condições de segurança dos cilindros, a regularidade da documentação de transporte e a adequação das condições operacionais da entrega. O recebimento definitivo ficará condicionado à verificação da conformidade do GLP fornecido com os parâmetros técnicos e regulatórios aplicáveis, podendo a Administração recusar o recebimento e exigir a substituição imediata do produto ou dos equipamentos em caso de inconformidade.

No que tange aos **requisitos de habilitação técnica e regularidade regulatória**, a empresa contratada deverá comprovar autorização para o transporte de cargas perigosas especificamente relacionadas ao GLP, bem como apresentar documentação que ateste a autorização do órgão regulador competente — ANP — para aquisição, distribuição e comercialização do produto, em conformidade com as Resoluções ANP nº 957 e nº 958, ambas de 5 de outubro de 2023. Tais exigências são tecnicamente justificadas pela natureza regulada do objeto e pela necessidade de assegurar que o fornecimento ocorra em estrita observância às normas de segurança aplicáveis, não configurando restrição indevida à competitividade, nos termos do Acórdão nº 122/2012 — Plenário do TCU.

No que se refere aos **critérios de sustentabilidade**, registra-se que a aquisição não encontra previsão específica no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Advocacia-Geral da União. Não obstante, as orientações gerais ali descritas serão observadas no que couber, podendo identificar regramentos aplicáveis previstos em legislação específica, conforme será melhor abordado no item de sustentabilidade do Termo de Referência, em atenção às recomendações do TCU consubstanciadas nos Acórdãos nº 1752/2011, nº 1375/2015 e nº 2164/2021, todos do Plenário.

Quanto aos demais aspectos que podem impactar a disputa ou a execução contratual, em atenção ao Acórdão nº 330/2021 — Plenário do TCU e às orientações constantes da minuta padronizada do Termo de Referência da AGU, registra-se que: (i) não há indicação de marcas ou modelos específicos, sendo o objeto definido por suas características técnicas e funcionais; (ii) não se exige apresentação de amostras, haja vista que as especificações técnicas e os requisitos regulatórios são suficientes para aferição da conformidade do objeto; (iii) não há exigência de carta de solidariedade, em razão da natureza do objeto; (iv) não se admite subcontratação total do objeto, dado o caráter especializado da contratação e a necessidade de manutenção da responsabilidade técnica e regulatória pelo fornecedor vencedor; (v) a necessidade de garantia contratual e a reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, bem como a aplicação de margem de preferência, serão analisadas em tópicos próprios do presente instrumento, conforme a pertinência ao caso concreto.

5. Levantamento de Mercado

Soluções Disponíveis no Mercado:

O levantamento de mercado constitui etapa indispensável ao planejamento da presente contratação, nos termos do art. 18, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133, de 2021, desdobrando-se em duas etapas essenciais: a primeira, voltada à identificação e análise das soluções disponíveis no mercado capazes de atender à necessidade administrativa; e a segunda, dedicada à investigação da melhor forma de proceder à contratação.

No que concerne à primeira etapa, o GLP pode ser fornecido sob duas modalidades principais: envasado ou a granel. Na modalidade envasada, o produto é acondicionado em recipientes transportáveis — botijões e cilindros retornáveis — com capacidades variadas, tais como 13 kg, 20 kg e 45 kg, sendo o gás comercializado e transportado já acondicionado nesses recipientes. Na modalidade a granel, o produto é transportado em caminhão-tanque e transferido diretamente para recipientes estacionários — cilindros ou tanques fixos — instalados nas dependências do próprio consumidor, sendo o abastecimento realizado no local da instalação.

A análise das opções disponíveis levou em consideração os seguintes fatores determinantes: a quantidade do produto a ser adquirido; a existência de central de gás nas instalações da Organização Militar; e a titularidade dos recipientes de armazenamento. Nesse sentido, verificou-se que a CMN já dispõe de central de GLP instalada em suas dependências, composta por 03 (três) reservatórios de aço estacionário com capacidade individual de 190 kg (P-190), o que viabiliza, técnica e operacionalmente, o fornecimento a granel, mediante abastecimento direto por caminhão distribuidor. Essa modalidade é a mais adequada à realidade da Organização Militar, tendo em vista a capacidade de armazenamento disponível, a escala de consumo e a existência de infraestrutura já instalada, tornando desnecessária a aquisição de recipientes transportáveis de menor capacidade, como botijões de 13 kg ou 20 kg, que seriam insuficientes e operacionalmente ineficientes para o volume demandado.

A solução escolhida — fornecimento de GLP a granel, em recipientes estacionários tipo P-190, cedidos em regime de comodato pela empresa contratada — é amplamente ofertada no mercado por diversas distribuidoras devidamente autorizadas pela ANP, não havendo vinculação a marca, modelo ou fornecedor específico. As especificações técnicas adotadas são objetivas e fundadas em normas regulatórias e técnicas de caráter geral, aplicáveis a qualquer empresa habilitada para o exercício da atividade, o que preserva a competitividade do certame, em consonância com o Acórdão nº 122/2012 — Plenário do TCU.

A adoção do regime de comodato para os recipientes estacionários justifica-se pela análise comparativa entre as opções de aquisição e de comodato, nos termos do art. 44 da Lei nº 14.133, de 2021. A aquisição própria dos vasilhames implicaria elevado custo inicial de investimento, além de encargos com manutenção periódica, realização de testes técnicos obrigatórios, responsabilidade pela conformidade regulatória dos equipamentos e eventual necessidade de substituição por desgaste ou obsolescência — custos esses que, no regime de comodato, são integralmente suportados pela empresa contratada. Dessa forma, o comodato revela-se a opção mais vantajosa para a Administração, do ponto de vista econômico e operacional, sem comprometer a qualidade ou a segurança do fornecimento.

As regras aplicáveis ao fornecimento de GLP a granel, em recipientes estacionários, são estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis — ANP, por meio das seguintes normas, que deverão ser rigorosamente observadas pela empresa contratada:

- Resolução ANP nº 957, de 5 de outubro de 2023 — regulamenta a autorização para o exercício da atividade de distribuição de GLP;
- Resolução ANP nº 958, de 5 de outubro de 2023 — regulamenta a autorização para o exercício da atividade de revenda de GLP;
- Resolução ANP nº 931, de 5 de outubro de 2023 — dispõe sobre o sistema de abastecimento a granel;
- Portaria ANP nº 47, de 24 de março de 1999 — estabelece requisitos técnicos e de segurança aplicáveis ao GLP; e
- NBR 14024 — norma técnica da ABNT aplicável ao objeto.

Forma de Contratação:

A segunda etapa do levantamento de mercado é dedicada à análise da melhor forma de proceder à contratação, considerando as alternativas disponíveis: licitação própria, adesão a Ata de Registro de Preços vigente, participação em Intenção de Registro de Preços — IRP em andamento, Sistema de Registro de Preços — SRP, e contrato de fornecimento continuado.

Quanto à participação em IRPs em andamento e à adesão a Atas vigentes, foi realizada consulta às plataformas oficiais do Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP e do Compras.gov.br, com vistas a verificar a existência de Intenções de Registro de Preços em andamento ou de Atas de Registro de Preços vigentes e aderíveis que contemplassem o objeto da presente contratação. A pesquisa realizada não identificou instrumentos disponíveis e compatíveis com as especificações técnicas, a localidade de entrega e as condições operacionais exigidas pela CMN, razão pela qual essa alternativa foi afastada. A documentação da consulta realizada, com os respectivos extratos e registros sistêmicos, encontra-se acostada aos autos do processo.

Quanto à análise comparativa entre o Sistema de Registro de Preços e o contrato de fornecimento continuado, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021, a Equipe de Planejamento procedeu à avaliação das vantagens e desvantagens de cada instrumento, considerando a natureza do objeto e o perfil de consumo da Organização Militar. O contrato de fornecimento continuado, embora ofereça maior previsibilidade ao fornecedor e potencial redução de custos administrativos, pressupõe o conhecimento prévio e razoavelmente preciso dos quantitativos a serem contratados ao longo do período de vigência.

Ocorre que o consumo de GLP na CMN está sujeito a variações decorrentes de fatores operacionais e sazonais, não sendo possível determinar, com exatidão, os quantitativos que serão demandados ao longo do exercício, o que torna o compromisso de consumo integral de quantitativos previamente fixados incompatível com a realidade da Organização Militar e potencialmente lesivo ao erário.

O Sistema de Registro de Preços — SRP, por sua vez, permite que a Administração realize aquisições sob demanda, à medida que a necessidade se concretiza, sem assumir a obrigação de adquirir quantitativos mínimos ou totais previamente estabelecidos, em plena conformidade com o art. 3º, incisos I e II, e com o art. 21 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que expressamente consigna que a existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar. Essa flexibilidade é determinante para o caso concreto, conferindo eficiência, economicidade e adequação orçamentária ao processo de contratação, evitando tanto o desperdício de recursos públicos quanto o risco de desabastecimento por subestimação da demanda.

Dessa forma, a realização de licitação própria, na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, apresenta-se como a solução mais adequada, eficiente e economicamente vantajosa para o atendimento da necessidade da CMN, sendo a alternativa que melhor concilia os princípios da competitividade, da economicidade, da eficiência e da segurança jurídica, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021.

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução foi elaborada em conformidade com o art. 18, § 1º, inciso VII, da Lei nº 14.133, de 2021, de forma abrangente, considerando o ciclo de vida completo do objeto, desde o planejamento da demanda e a obtenção do insumo até o esaurimento de sua utilidade e a destinação final ambientalmente adequada, em harmonia com a noção de ciclo de vida prevista no art. 3º da Lei nº 12.305, de 2010. A solução contempla não apenas o objeto principal, mas todas as obrigações acessórias indispensáveis para que a contratação gere os resultados esperados, de forma tecnicamente adequada, economicamente justificável e administrativamente exequível.

Detalhamento Técnico e Funcional

A solução contratada consiste no fornecimento contínuo de GLP a granel, por meio de abastecimento direto realizado por caminhão distribuidor, com suprimento da central de GLP já existente nas instalações da CMN, composta por 03 (três) reservatórios de aço estacionário tipo P-190, totalizando capacidade instalada de 570 kg, disponibilizados em regime de comodato pela contratada, conforme detalhado nos tópicos anteriores.

A compatibilidade entre os recipientes estacionários a serem disponibilizados em comodato e a infraestrutura já instalada deverá ser verificada pela contratada **antes** do início da execução contratual, sendo de sua exclusiva responsabilidade a realização de eventuais ajustes nos equipamentos sob sua guarda, **sem** ônus para a Administração.

O GLP fornecido deverá estar devidamente identificado com dados técnicos completos, incluindo condições de temperatura, densidade, pressão, grau de risco e orientações de segurança para situações de emergência, em conformidade com as normas regulatórias aplicáveis ao transporte e ao manuseio de produtos classificados como cargas perigosas.

Manutenção Preventiva e Corretiva

A contratada será integralmente responsável pela manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos disponibilizados em regime de comodato, incluindo os reservatórios estacionários tipo P-190, válvulas, conexões, manômetros e reguladores de pressão, devendo realizar aferições periódicas e efetuar as substituições necessárias sempre que identificadas falhas, avarias, danos por corrosão, vazamentos, defeitos estruturais ou quando exigido em razão de testes técnicos obrigatórios previstos nas normas regulatórias e técnicas aplicáveis. Todos os custos decorrentes dessas atividades correrão por conta exclusiva da contratada, sem qualquer ônus para a Administração.

A manutenção dos equipamentos deverá observar integralmente os requisitos técnicos e os intervalos de inspeção previstos na NBR 14024 e nas normas da ANP aplicáveis, sendo vedado o uso de vasilhames com prazo de teste técnico vencido ou em condições que comprometam a integridade física das instalações ou a segurança dos usuários. Ao término da vigência contratual, os recipientes somente serão retirados das instalações da CMN após o esgotamento total do volume de GLP neles contido.

A contratada deverá manter registros atualizados de todas as manutenções realizadas, contendo informações sobre a data, o tipo de intervenção, os componentes substituídos e o responsável técnico pela execução, os quais deverão ser disponibilizados ao fiscal do contrato sempre que solicitados, como instrumento de controle e comprovação da regularidade da execução contratual.

A contratada deverá ainda garantir prazo de resposta adequado para atendimento de chamados relacionados a falhas, vazamentos, irregularidades nos recipientes ou quaisquer intercorrências que comprometam a segurança ou a continuidade do fornecimento, devendo a Administração ser imediatamente comunicada sobre qualquer ocorrência que demande intervenção técnica nas instalações da CMN. Para tanto, a empresa contratada deverá disponibilizar canal de atendimento 24 (vinte e quatro) horas, com telefone de emergência e equipe técnica disponível para pronto atendimento em casos de sinistros, acidentes ou situações de risco, garantindo a continuidade operacional e a segurança das instalações da Organização Militar.

Logística, Execução do Fornecimento e Segurança Operacional

No que tange aos aspectos logísticos e operacionais, o abastecimento dos recipientes estacionários será realizado por meio de caminhão distribuidor, operado por profissionais devidamente habilitados e capacitados para o transporte e o manuseio de produtos classificados como cargas perigosas, em conformidade com a legislação de trânsito e as normas de segurança aplicáveis. A contratada será responsável pelo transporte, manuseio e abastecimento seguro do GLP, devendo cumprir integralmente as normas técnicas e regulatórias vigentes, especialmente aquelas emitidas pela ANP.

Durante a operação de abastecimento, o veículo deverá ser posicionado de forma a permitir sua evacuação imediata, caso necessário, e a área deverá ser devidamente sinalizada e isolada, com especial atenção quando o abastecimento ocorrer em locais de tráfego de pessoas ou veículos. É expressamente vedada a passagem de mangueiras por áreas internas da Organização Militar ou em proximidades de fontes de calor ou ignição, devendo o percurso de abastecimento ser planejado e executado em estrita observância às normas de segurança aplicáveis.

A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, as autorizações e licenças regulatórias exigidas pela ANP para o exercício das atividades de distribuição e comercialização de GLP, bem como a autorização para o transporte de cargas perigosas, cuja comprovação poderá ser exigida pela fiscalização a qualquer tempo.

Destinação Final e Sustentabilidade

No que concerne ao ciclo de vida do objeto e à destinação final ambientalmente adequada, em atenção ao art. 3º da Lei nº 12.305, de 2010, e às orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis elaborado pela AGU, a contratada deverá adotar práticas compatíveis com a gestão responsável dos resíduos e dos equipamentos utilizados na execução do contrato. Os recipientes substituídos por desgaste ou reprovação técnica deverão receber destinação ambientalmente adequada, de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, observadas as normas ambientais e regulatórias vigentes. Embora a aquisição de GLP não encontre previsão específica no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, as orientações gerais nele descritas serão observadas no que couber, sendo os critérios de sustentabilidade aplicáveis ao objeto melhor detalhados no item específico do Termo de Referência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades para a presente contratação foi elaborada em conformidade com o art. 18, § 1º, inciso IV, e com o art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021, com base em adequadas técnicas quantitativas, conforme exigido pela norma, utilizando-se o histórico de consumo efetivo registrado ao longo do exercício anterior, devidamente formalizado na Memória de Cálculo acostada aos autos (Apêndice II do Termo de Referência).

Base de Cálculo — Histórico de Consumo

O histórico de consumo utilizado como referência compreende 16 (dezesseis) abastecimentos realizados entre janeiro e dezembro de 2025, conforme registros constantes da Memória de Cálculo, consolidados na tabela a seguir:

Abastecimento	Data	Quantidade (kg)
1	09/01/2025	291,50
2	30/01/2025	259,10
3	28/02/2025	345,70
4	28/03/2025	375,20
5	09/04/2025	156,50
6	16/05/2025	411,70
7	23/05/2025	106,60
8	30/06/2025	100,00
9	25/07/2025	380,10
10	28/08/2025	474,60
11	24/09/2025	362,70
12	23/10/2025	390,90
13	07/11/2025	183,70
14	14/11/2025	81,70
15	04/12/2025	228,10
16	29/12/2025	301,10
TOTAL		4.449,20 kg

O consumo total registrado no período de referência foi de 4.449,20 kg, distribuídos de forma não uniforme ao longo dos meses, com variações que refletem a natureza da demanda, influenciada por fatores operacionais e sazonais, tais como a realização de eventos institucionais e as oscilações de consumo decorrentes de alterações no efetivo presente na Organização Militar.

Análise Crítica dos Dados e Metodologia de Estimativa

A análise crítica do histórico de consumo evidencia padrão de demanda variável e não linear ao longo do exercício, com consumo médio mensal de aproximadamente 278 kg, calculado a partir do total de 4.449,20 kg registrado em 16 abastecimentos ao longo de 12 meses. A variação observada entre o menor abastecimento registrado — 81,70 kg, em novembro de 2025 — e o maior — 474,60 kg, em agosto de 2025 — demonstra a impossibilidade de fixação de quantitativos rígidos por período, reforçando a adequação da adoção do Sistema de Registro de Preços como instrumento contratual, conforme fundamentado no tópico referente ao levantamento de mercado.

Importa destacar que o histórico apurado corresponde a uma contratação então vigente e não necessariamente reflete a demanda máxima possível para o próximo período, uma vez que eventuais restrições orçamentárias ou operacionais de contratos anteriores podem ter limitado o volume de abastecimentos realizados. Dessa forma, a mera replicação acrítica do consumo histórico poderia resultar em subdimensionamento da demanda e comprometer a continuidade do atendimento das necessidades da CMN, em desacordo com a vedação à replicação acrítica de demandas, destacada nos normativos aplicáveis e nos precedentes do TCU.

Quantitativo Estimado e Margem de Segurança

Com fundamento no consumo histórico de 4.449,20 kg registrado no exercício de referência, a Equipe de Planejamento estimou a quantidade a ser registrada em 5.000 kg, para a validade da Ata de Registro de Preços. O acréscimo de aproximadamente 550,80 kg em relação ao consumo histórico apurado — equivalente a cerca de 12,4% — não constitui mero superdimensionamento, mas reflete uma margem de segurança tecnicamente justificada, destinada a contemplar:

- a) Variações sazonais de demanda, especialmente em razão da realização de eventos institucionais ao longo do exercício, que historicamente impactam o consumo de GLP na Organização Militar;
- b) A impossibilidade de controle preciso do ritmo de consumo, dado o caráter variável e não uniforme verificado no histórico, com oscilações significativas entre os períodos;
- c) A natureza essencial do objeto, cujo eventual desabastecimento acarretaria prejuízo direto às atividades operacionais e administrativas da CMN, comprometendo o interesse público; e
- d) A inexistência de obrigação de consumo mínimo no âmbito do SRP, nos termos do art. 3º do Decreto nº 11.462, de 2023, o que afasta o risco de desperdício de recursos públicos decorrente da fixação de quantitativo superior ao efetivamente consumido.

O percentual adotado como margem de segurança revela-se razoável e proporcional, situando-se em patamar inferior aos percentuais usualmente questionados pelos órgãos de controle, estando devidamente fundamentado nos elementos técnicos constantes dos autos. A Memória de Cálculo que suporta as estimativas ora apresentadas encontra-se acostada aos autos como Apêndice II do Termo de Referência, assinada digitalmente pelo responsável pela demanda, garantindo a transparência e a rastreabilidade exigidas pelo art. 18, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021, e pelos precedentes firmados pelo TCU, em especial o Acórdão nº 2.459/2021 — Plenário.

Quantitativo Máximo para Registro de Preços

Adotado o Sistema de Registro de Preços como instrumento contratual, em conformidade com o art. 6º, inciso III, do Decreto nº 11.462, de 2023, o quantitativo máximo a ser registrado na Ata é de 5.000 kg de GLP a granel, para a validade de 12 (doze) meses, observado que a existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, nem fixa quantitativo mínimo de aquisição, nos termos do art. 3º do referido Decreto.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 36.630,50

A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada em conformidade com o art. 18, § 1º, inciso VI, da Lei nº 14.133, de 2021, e com os requisitos estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, com base em pesquisa de preços realizada pelos membros da Equipe de Planejamento da Contratação, formalizada no Relatório de Pesquisa de Preços nº 22/2026, acostado aos autos como Anexo VII do Edital.

Valor Estimado da Contratação

Com base na pesquisa de preços realizada, o preço unitário de referência para o GLP a granel foi fixado em R\$ 7,3261/kg, correspondente à média aritmética das amostras coletadas. Aplicado sobre o quantitativo estimado de 5.000 kg, o valor total estimado para a contratação é de:

5.000 kg x R\$ 7,3261/kg = R\$ 36.630,50

O valor total estimado da contratação é de R\$ 36.630,50 (trinta e seis mil, seiscentos e trinta reais e cinquenta centavos), para a validade de 12 (doze) meses da Ata de Registro de Preços, conforme formalizado no Relatório de Pesquisa de Preços.

Compatibilidade Econômica da Solução

A análise dos preços coletados confirma a viabilidade econômica da solução adotada. O valor estimado é compatível com os preços praticados em contratações similares realizadas por órgãos da Administração Pública Federal no Estado do Rio de Janeiro no período de referência, encontrando-se dentro dos parâmetros de mercado verificados na pesquisa. A pesquisa de preços ora referenciada encontra-se acostada integralmente aos autos como Anexo VII do Edital, garantindo a transparência, a rastreabilidade e a conformidade com os requisitos estabelecidos na Lei nº 14.133, de 2021, e na IN SEGES/ME nº 65, de 2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A presente contratação tem por objeto um item único e indivisível. Em razão dessa natureza, não há que se falar em parcelamento do objeto, uma vez que a licitação compreende um único item, tornando inaplicável, na espécie, a análise acerca da conveniência ou obrigatoriedade do parcelamento prevista no art. 40, inciso V, alínea "b", e no § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021.

Dessa forma, a adjudicação será realizada pelo menor preço unitário por quilograma de GLP, assegurando a ampla competitividade entre os licitantes e a observância dos princípios da economicidade e da eficiência, sem que a modelagem adotada implique qualquer restrição à participação ou concentração indevida de mercado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Declara-se que, com fulcro no parágrafo único, do art. 1º, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, incluído pelo Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022 c/c subitem 1.12, da SGM-102 (NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, ACORDOS E ATOS ADMINISTRATIVOS), o objeto da contratação está previsto no Programa de Aplicação de Recursos (PAR) e está alinhado ao Planejamento Estratégico Organizacional da CMN (PEO) e ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) da Marinha do Brasil (2025-2027).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Economicidade

A adoção do Sistema de Registro de Preços como instrumento contratual, mediante realização de pregão eletrônico com critério de julgamento pelo menor preço unitário, propicia à Administração a obtenção da melhor relação custo-benefício, garantindo o abastecimento de GLP pelo preço mais vantajoso disponível no mercado. A competição aberta entre os fornecedores habilitados no certame tende a gerar, na prática, preços inferiores ao valor estimado, ampliando o ganho de economicidade em relação ao parâmetro de referência adotado no planejamento. Adicionalmente, a modalidade de fornecimento a granel, em detrimento do fornecimento em cilindros, representa solução historicamente mais econômica para quantitativos da magnitude ora contratada, conforme evidenciado pelos preços coletados na pesquisa de preços, em que as contratações de GLP a granel apresentaram valores unitários consistentemente inferiores às contratações em cilindros.

Eficiência e Eficácia

A contratação estruturada por meio de Ata de Registro de Preços com validade de 12 meses assegura o fluxo contínuo de abastecimento, eliminando a necessidade de realização de múltiplos processos licitatórios ao longo do exercício para suprir a mesma demanda, com consequente redução dos custos de gestão contratual e do tempo despendido pela equipe administrativa em procedimentos licitatórios sucessivos. A centralização do fornecimento em instrumento único simplifica o gerenciamento do abastecimento e reduz o risco de descontinuidade no suprimento do insumo.

Qualidade

O fornecimento de GLP a granel por distribuidora devidamente credenciada junto à ANP garante a conformidade do produto às especificações técnicas e às normas de segurança aplicáveis à distribuição e ao manuseio de gás liquefeito de petróleo, assegurando a qualidade, a confiabilidade e a segurança do abastecimento. A exigência de habilitação técnica e regularidade perante a ANP como requisito de participação no certame constitui salvaguarda da qualidade do objeto contratado, prevenindo riscos operacionais e de segurança associados ao fornecimento irregular ou fora dos padrões técnicos exigidos.

Sustentabilidade

O fornecimento de GLP a granel, em comparação ao fornecimento em cilindros, apresenta menor geração de resíduos e menor impacto logístico, uma vez que elimina a necessidade de movimentação, armazenamento e controle de botijões individuais, reduzindo o consumo de embalagens e a exposição a riscos de acidentes no manuseio de recipientes transportáveis. O abastecimento direto em reservatório estacionário instalado nas dependências da Organização Militar otimiza a eficiência do processo de suprimento, reduzindo deslocamentos e emissões associadas ao transporte fracionado.

Em síntese, a contratação ora planejada representa a solução que melhor equaciona economicidade, eficiência operacional, qualidade do fornecimento e impacto ambiental reduzido, sendo plenamente compatível com os princípios que regem as contratações públicas federais, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133, de 2021, e com os objetivos institucionais da Casa do Marinheiro.

13. Providências a serem Adotadas

Antes da celebração do contrato decorrente do presente processo licitatório, a Administração deverá adotar as providências preparatórias indispensáveis à regular execução contratual, em conformidade com o art. 18, § 1º, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021, conforme elencado a seguir.

Designação de Fiscal do Contrato

A designação formal do Fiscal do Contrato já foi providenciada pela autoridade competente, tendo sido expedida a ****Portaria nº 00014/2026/CMN, de 14 de abril de 2026**** (NUP 63161.000193/2026-13), acostada aos autos do processo, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021. Em razão da baixa complexidade do objeto — fornecimento de GLP a granel, item único, de natureza padronizada e de simples aferição quantitativa e qualitativa —, não foi designado Gestor do Contrato, sendo as atribuições de acompanhamento e controle da execução contratual concentradas no Fiscal designado, que será responsável pela verificação da conformidade do GLP fornecido com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, pelo registro de ocorrências e pela comunicação de irregularidades à autoridade competente.

Capacitação do Fiscal Designado

O agente designado pela Portaria nº 00014/2026/CMN para a função de fiscal deverá receber capacitação prévia adequada ao exercício de suas atribuições, abrangendo, no mínimo:

- a) Noções sobre fiscalização contratual no âmbito da Lei nº 14.133, de 2021, com ênfase nas obrigações do fiscal, nos instrumentos de controle da execução e nos procedimentos de registro de ocorrências;
- b) Procedimentos de recebimento de GLP a granel, incluindo aferição de quantidade, verificação de nota fiscal e laudo de análise de qualidade do produto, quando aplicável;
- c) Normas de segurança aplicáveis ao manuseio, armazenamento e abastecimento de GLP, nos termos da regulamentação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis — ANP e das normas técnicas pertinentes; e
- d) Operação dos sistemas informatizados de gestão contratual utilizados pela Organização Militar, incluindo o registro de ocorrências e o ateste de notas fiscais.

Verificação da Infraestrutura de Armazenamento

Previamente ao início da execução contratual, deverá ser verificada a adequação da infraestrutura de armazenamento de GLP existente nas dependências da CMN, incluindo a vistoria do reservatório estacionário quanto às condições de segurança, à regularidade perante os órgãos competentes e à capacidade de recebimento do volume contratado, adotando-se as medidas corretivas eventualmente necessárias antes do primeiro abastecimento.

Verificação da Disponibilidade Orçamentária

Deverá ser confirmada, previamente à celebração do contrato, a existência de dotação orçamentária suficiente para fazer face às despesas decorrentes da contratação, com a emissão da respectiva nota de empenho em conformidade com o art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando a cobertura orçamentária das obrigações assumidas pela Administração.

Publicação e Formalização do Contrato

Após a homologação do certame, deverá ser providenciada a elaboração da minuta contratual definitiva, sua assinatura pelas partes e a publicação do extrato do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, nos prazos estabelecidos no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, como condição de eficácia do ajuste.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Impactos Ambientais Positivos

O GLP apresenta perfil ambiental favorável em comparação com outros combustíveis fósseis de uso similar, notadamente o carvão vegetal e a lenha, constituindo-se em alternativa energeticamente eficiente e com menor pegada ambiental relativa. Os principais impactos positivos associados à presente contratação são:

- Menor emissão de CO e gases de efeito estufa em relação a combustíveis sólidos, contribuindo para a redução do impacto climático das atividades de rancho da CMN;
- Ausência de geração de fuligem, fumaça e material particulado em quantidade significativa, preservando a qualidade do ar interno e externo nas dependências da Organização Militar;
- Elevado poder calorífico, que confere maior eficiência energética no processo de cocção, reduzindo o tempo de preparo e o consumo de combustível por refeição produzida;
- Fornecimento a granel, que elimina a necessidade de aquisição e descarte recorrente de botijões individuais, reduzindo a geração de resíduos sólidos e os riscos associados ao manuseio de recipientes transportáveis.

Impactos Ambientais Negativos Diretos

Não obstante os aspectos positivos acima apontados, o GLP, por se tratar de combustível fóssil derivado do petróleo, apresenta os seguintes impactos ambientais negativos diretos:

- Emissão de CO e outros gases de combustão durante a queima, ainda que em menor intensidade do que outros combustíveis fósseis, contribuindo para o efeito estufa e as alterações climáticas;
- Risco de vazamento e explosão, em razão da natureza inflamável e pressurizada do produto, com potencial de causar danos ao meio ambiente local em caso de acidente;
- Consumo de recurso fóssil não renovável, contribuindo para o esgotamento de reservas naturais e para a dependência energética de fontes não sustentáveis.

Impactos Ambientais Negativos Indiretos

Os impactos indiretos associados ao ciclo de vida da contratação compreendem:

- Emissões decorrentes do transporte do GLP a granel pelo veículo-tanque do fornecedor até as dependências da CMN, com geração de gases poluentes pelo veículo de entrega;
- Riscos ambientais no armazenamento, relacionados a eventual deterioração do reservatório estacionário, com possibilidade de vazamento e contaminação do solo e do lençol freático nas imediações.

Medidas Preventivas e Mitigadoras

Em face dos impactos negativos identificados, a Administração adotará as seguintes medidas preventivas e mitigadoras:

- a) Exigência de credenciamento perante a ANP: a contratada deverá comprovar sua regularidade junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis — ANP, assegurando que o fornecimento seja realizado em conformidade com a legislação regulamentadora aplicável à distribuição de GLP, que estabelece padrões técnicos e de segurança destinados a minimizar os riscos ambientais e operacionais;

- b) Manutenção periódica do reservatório estacionário: a CMN providenciará a manutenção preventiva do reservatório instalado em suas dependências, com inspeções regulares das válvulas, conexões e dispositivos de segurança, prevenindo vazamentos e contaminações;
- c) Observância das normas técnicas de segurança: o recebimento e o armazenamento do GLP deverão observar as normas da ABNT e as regulamentações do Corpo de Bombeiros e da ANP aplicáveis à instalação e operação de reservatórios de GLP a granel;
- d) Capacitação dos servidores envolvidos: os agentes responsáveis pelo recebimento e pelo acompanhamento do fornecimento serão orientados quanto aos procedimentos de segurança no manuseio e armazenamento do GLP, reduzindo o risco de acidentes com potencial impacto ambiental.

Logística Reversa

No que tange à logística reversa, registra-se que o fornecimento de GLP a granel não envolve a utilização de botijões ou cilindros individuais de propriedade da Administração, eliminando a problemática relacionada ao descarte e à destinação final de vasilhames. O produto é entregue diretamente no reservatório estacionário da CMN por meio de veículo-tanque, sem transferência de recipientes transportáveis, o que afasta a necessidade de previsão de logística reversa para embalagens primárias do produto.

Adicionalmente, a Equipe de Planejamento da Contratação consultou o SINIR — Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos e verificou que não há acordo setorial, termo de compromisso ou regulamento específico editado pelo Poder Público federal, estadual ou municipal que implemente sistema de logística reversa obrigatório para o GLP a granel nas condições da presente contratação, razão pela qual não há fundamento normativo para a imposição dessa obrigação à futura contratada, em consonância com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos elementos técnicos, econômicos e administrativos analisados ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada no fornecimento de GLP a granel é tecnicamente adequada, economicamente justificável e administrativamente exequível para o atendimento da necessidade identificada.

A solução selecionada mostrou-se a mais vantajosa dentre as alternativas avaliadas, por proporcionar maior segurança operacional, continuidade no abastecimento, eliminação do manuseio de botijões individuais e melhor relação custo-benefício para a Administração.

O presente ETP fornece base técnica suficiente para a elaboração do Termo de Referência, tendo definido o objeto, o modelo de contratação, os parâmetros de execução, os critérios de fiscalização e as medidas de tratamento de riscos e impactos ambientais, de forma coerente com a necessidade administrativa que motivou o procedimento e com os princípios da eficiência, economicidade e desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NEIRES MARIA TABOSA SANTOS

Equipe de apoio

BRUNO MENDONCA DE SANTANA

Equipe de apoio